

Trabalho e alienação na sociedade burguesa

Work and alienation in the bourgeois society

Gláucia Lelis ALVES*

Resumo: O presente artigo aborda uma temática recorrente e de extrema importância na tradição marxiana – a questão da alienação e de como ela se coloca no processo de expansão global do sistema capitalista. A atualidade dessa temática justifica-se pelo simples fato de que se faz cada vez mais necessário apreender a capacidade de resistência e expansão do capitalismo, e a funcionalidade dos processos alienantes para a manutenção do sistema bem como para entender as mudanças ocorridas, historicamente, no mundo do trabalho.

Palavras-chave: Alienação. Emancipação humana. Sociedade burguesa. Trabalho.

Abstract: This paper addresses a recurrent theme in the Marxist tradition – alienation and how it is manifested in the process of global expansion of the capitalist system. The importance of the theme lies on the fact that it is increasingly necessary to perceive the capacity of resistance and expansion of capitalism and the functionality of the alienating processes for the maintenance of the system as well as to understand the historical changes that occurred in the working world.

Keywords: Alienation. Human emancipation. Bourgeois society. Work.

Recebido em: 01/08/2008. Aceito em: 24/09/2008

* Professora do Departamento de Serviço Social da UFMT; Mestre em Serviço Social e Doutoranda em Serviço Social no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC - São Paulo. E-mail: glauclaelis@uol.com.br

1 A categoria alienação no método marxiano

Para a construção do presente artigo priorizaram-se textos de Marx e Engels compreendidos no período de 1844-1846. A perspectiva aqui apontada não trabalha com a dicotomia na produção marxiana, entre os textos da juventude e da maturidade de Marx, entendendo sua obra e a discussão do método numa totalidade.

Mészáros (2006, p. 200) aponta dois equívocos na análise sobre o método marxiano, um deles refere-se à ruptura entre o jovem e o velho Marx que, de forma alguma, é dialética. Segundo o autor, Marx tentou mostrar que a linguagem do “auto-estranhamento” é mistificadora, ironiza a abstração filosófica que substitui o indivíduo real por sua imagem abstrata, “a crítica não está dirigida a alienação, mas ao seu uso idealista”.

Outro equívoco é afirmar que, a partir de 1845, Marx não teria mais interesse pelo homem e seus processos de alienação. Há uma unidade no pensamento construído por Marx, o que se recusa em seu método é a mera abstração da concepção de homem como ‘ser humano’, homem, em geral, abstraído da realidade social, o que também se dá com a concepção de alienação, que, na perspectiva marxiana deve situar-se num conteúdo social concreto e nas condições de fazer a sua crítica na prática social dos homens.

O que esteve constantemente em evidência na teoria social crítica de Marx é o homem real, o ‘indivíduo social’. O cerne das suas preocupações teóricas centrou-se na emancipação humana, ou seja, a crítica à economia política, a fusão da dialética materialista com a perspectiva revolucionária e a questão do método histórico para apreensão da realidade social foram bases para a proposição de outro projeto societário tendo em vista a superação dos processos de alienação humana.

A estrutura do conceito de alienação em Marx está presente na grande maioria dos textos marxianos, em uns de forma mais evidente que em outros:

Na “Crítica da filosofia do direito de Hegel, Marx se preocupa com os problemas do Estado, critica a centralidade ontológica que Hegel atribui

ao Estado (como criador da sociedade civil). Este é o primeiro texto em que o proletariado aparece como sujeito da revolução, onde já podem ser identificadas temáticas como a práxis, a partir da ação prática transformadora, bem como a crítica ao reducionismo da perspectiva emancipatória pela política.

Hegel como contemporâneo da Revolução Francesa, mesmo como intelectual que consolidou uma filosofia idealista, sob o ponto de vista do capital reconheceu os antagonismos históricos objetivos, mas localizou as possibilidades de superação dos conflitos de classe a partir de uma classe universal representada pelo Estado Monárquico, no próprio contexto do mundo burguês. Daí deriva a crítica de Marx, da “atitude cega” em relação à dimensão destrutiva do capital, mesmo considerando que Hegel reconhece a necessidade da História em seu processo dialético, porém nega a perspectiva de ruptura da sociedade capitalista.

Na “Questão Judaica” essa questão se expressa pela crítica à cisão do homem em cidadão público e indivíduo privado, em que o significado da emancipação política apresentado pela sociedade burguesa é extremamente limitado, na medida em que a concepção de homem legítima nesse contexto é a do ‘cidadão burguês’, ou seja, não há a possibilidade de universalização dos direitos humanos, pois essa sociedade é fundada na desigualdade econômico-social.

Konder (1981) afirma que na “Questão Judaica” Marx destaca a concepção de emancipação humana em que

a verdadeira emancipação humana exige transformação não apenas das leis mas do sistema social de produção e distribuição das riquezas (...) o ser humano só será verdadeiramente livre quando todos os homens puderem desenvolver uma atividade criadora que não esteja sujeita às pressões deformadoras da propriedade privada e do dinheiro. (1981, p. 39)

Na crítica à tarefa da filosofia: crítica radical à auto-alienação humana, e não só sob o ponto de vista da religião, ou político que falseia a parcialidade sob o signo da pseudo-universalidade.

Marx compreende claramente que a superação prática da alienação é inconcebível em termos exclusivamente políticos, tendo em vista o fato de que a política é apenas um aspecto parcial da totalidade dos processos sociais, por mais importante que possa ser em situações históricas específicas. (Mészáros, 2006, p. 75)

Nessa dinâmica já está explícita também a questão do método, pois já estão localizadas as bases para a construção de uma teoria social que efetive a articulação das categorias tendo em vista produzir, na relação direta com a realidade sócio-histórica, uma teoria da revolução, pelas mediações que estão dadas historicamente na realidade, pelos sujeitos, pela história, na organização da sociedade. Porém, nesse momento Marx ainda não transpõe os limites dessa análise para a relação direta entre a universalidade e a economia, ela está permeada por um democratismismo revolucionário.

É na Ideologia Alemã, obra conjunta com Engels, produzida entre 1845-1846, que se evidencia uma ruptura com a perspectiva idealista da filosofia clássica alemã e se expõe uma concepção histórica e materialista efetiva da sociedade. E a alienação explícita, não nesses termos, mas sob um ponto de vista teórico-prático elementos que serão aprofundados em outros momentos do presente texto.

O conceito de alienação, assim como todas as demais categorias em Marx, possui uma vinculação histórica e tem como ponto de convergência os múltiplos problemas socioeconômicos e políticos, nessa premissa situa-se a crítica a separação entre as dimensões da economia, da política e da filosofia.

2 Configurações da alienação na sociedade burguesa a partir da tradição marxiana

As primeiras formulações de Marx acerca da alienação têm sua expressão maior no texto de 1844 – os Manuscritos Econômico-Filosóficos¹ – em que se trabalha com a questão do

¹ Nos Manuscritos Econômico-filosóficos não está explícita ainda a possibilidade de superação da sociedade capitalista proposta

processo de estranhamento, da coisificação do trabalhador, associando ainda a alienação aos termos como desapossamento, anulação de si mesmo. As condições de emergência da alienação estão na apropriação privada do excedente econômico, por isso seu caráter histórico. Dessa forma nos MEFs já se explicita uma teoria da alienação ao se colocar o problema da propriedade privada e o trabalho como sua essência.

Ela está presente na explicação acerca do salário:

O salário é determinado mediante o confronto hostil entre capitalista e trabalhador (...) somente para o trabalhador a separação de capital, propriedade da terra e trabalho é uma separação necessária, essencial e perniciososa (...) **A taxa mais baixa e unicamente necessária para o salário é a subsistência do trabalhador durante o trabalho, e ainda [o bastante] para que ele possa sustentar uma família e [para que] a raça dos trabalhadores não se extinga.** (Marx, 2004, p. 24)

A categoria alienação se expressa no processo de concorrência que se estabelece entre trabalhadores e na complexificação da divisão social do trabalho. Marx (2004, p. 24-25) destaca que “O trabalhador tornou-se uma mercadoria e é uma sorte para ele conseguir chegar ao homem que se interesse por ele (...) não tem apenas de lutar pelos seus meios de vida físicos, ele tem de lutar pela aquisição de trabalho, isto é, pela possibilidade, pelos meios de poder efetivar sua atividade”. Essa relação em diferentes sociedades vem provocando conseqüências tais como sobretrabalho para o trabalhador e morte.

No que se refere à divisão do trabalho:

Enquanto a divisão do trabalho eleva a força produtiva do trabalho, a riqueza e o aprimoramento da sociedade, ela empobrece o trabalhador até [à condição de máquina]. Enquanto o trabalho suscita o acúmulo de capitais, e com isso, o progressivo bem-estar da sociedade, a divisão do trabalho man-

por Marx, dado ser uma de suas primeiras obras e uma breve aproximação com a Economia Política, mas já está nascendo a perspectiva da ontologia do ser social. (Frederico, 1995; Mészáros, 2000)

tém o trabalhador sempre mais dependente do capitalista, leva-o a maior concorrência, impele-o à caça da sobreprodução. (Marx, 2004, p. 29)

Dessa forma o trabalhador não é entendido como homem em seu tempo livre de trabalho, ele somente se constitui como tal, trabalhador proletário, em seu tempo de trabalho. O trabalhador, nesse contexto, é reduzido as suas estritas necessidades corporais, é visto como animal e não como ser humano. A lógica mercado - mercadoria - oferta e procura – livre concorrência perpassa também pela relação entre trabalhadores e a própria concepção de trabalho da sociedade burguesa².

O processo de coisificação do trabalhador está assim exposto segundo Marx (1989, p. 148):

O trabalhador se torna tão mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não só produz só mercadorias; produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria.

² Nos MEFs explicita-se a aproximação de Marx com os estudos da economia política e sua crítica. Assim, destaca Frederico (1995, p. 125) “O primeiro encontro de Marx com a economia política está documentado nos dois manuscritos redigidos em Paris em 1844 e só publicados em 1932: os Cadernos de Paris, compostos de extratos, seguidos de comentários, de autores clássicos: Smith, Ricardo, Say, etc. A leitura dessas obras serviu de base para a redação dos famosos Manuscritos econômico-filosóficos”.

O autor afirma ainda que: “Os Cadernos de Paris e os Manuscritos econômico-filosóficos, **primeira crítica da economia política**, marcam uma ruptura decisiva na evolução intelectual de Marx. A redação desses textos não só fez conhecer o rumo dos estudos que irão orientar daí para frente, a produção teórica de Marx”. (Idem) Ainda embebido na fonte do materialismo de Feuerbach, explicita suas diferenças em relação a este quando dá ênfase a uma redefinição radical na relação do homem com a natureza, o texto mesmo prenhe de contradições em relação à influência de Feuerbach, traz uma ruptura com a antropologia humanista feuerbachiana, e já coloca as bases para a proposta de uma ontologia materialista.

Outro aspecto a ser destacado é que a aproximação de Marx com a economia política também deve-se ao fato de que ele se atendeu para essa temática a partir do contato com o texto de Engels, publicado em seguida nos Anais franco-alemães “Engels não só iniciou Marx no estudo da economia política como também lhe forneceu elementos conceituais para a crítica dessa ciência”.

Dessa forma, a alienação constitui-se na objetivação do trabalho e (des) efetivação do trabalhador, ou seja, este está a serviço do objeto, do produto do trabalho e não o contrário, como se o objeto fosse exterior ao sujeito que o criou. A alienação se expressa em várias dimensões: na relação do sujeito com o trabalho (valorização das coisas e desvalorização do homem).

Nesse sentido a objetivação (realização do trabalho) não se realiza, pois, “A apropriação do objeto tanto aparece como alienação que, quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais cai sob o domínio do seu produto, do capital”. (Marx, 1989, p. 150). Na análise de Konder (1981) Marx identifica que na indústria moderna do capitalismo o trabalho é odiado pelos trabalhadores, pois este é encarado como obrigação imbecilizadora.

Na relação com o produto (servidão ao objeto), este passa a ser hostil; no processo de trabalho (perda de si mesmo, ou seja, a atividade do trabalhador, não é a sua auto-atividade), a alienação ocorre na própria atividade do trabalhador no ato da produção. Dessa forma coloca-se o processo de exteriorização do trabalhador, ou seja, este se encontra alheio ao objeto que criou, seu trabalho torna-se um objeto externo, o que de certo modo, ocasiona a perda de si mesmo: “o trabalhador se relaciona com o produto do seu trabalho como com um objeto alheio (...) a exteriorização do trabalhador em seu produto tem o significado não só de que o seu trabalho se torna um objeto (...) mas também que ela existe fora dele” (Marx, 1989, p. 150-151)

É no processo de objetificação (e não objetivação) – de produção do trabalhador – que a alienação se manifesta. O trabalhador constrói mediações na sua relação com a natureza, ele se apropria dos meios de vida por ela oferecidos, do mundo exterior a ele, porém, a exteriorização ocorre quando o trabalhador, cada vez mais, torna-se servo de seu objeto, segundo Marx (1989, p. 152) “a Economia Política oculta a alienação na essência do trabalho por não considerar a relação imediata entre o trabalhador (o trabalho) e a produção”.

O homem também está alienado de seu ser genérico (perde a sua consciência), na relação com a natureza, consigo mesmo e com

outros homens. “Na medida em que o trabalho alienado aliena do homem 1. a natureza e 2. a si mesmo, a sua função ativa própria, a sua atividade vital, aliena do homem o gênero”, (Marx, 1989, p. 155). O trabalho passa a ser somente um meio de satisfazer as necessidades, o que vai na contramão da realização do homem enquanto ser genérico, do caráter dessa atividade, enquanto ser consciente livre.

Para Marx (1989, p. 156): “O trabalho alienado inverte a relação de maneira tal que precisamente porque é um ser consciente o homem faz da sua atividade vital, da sua essência apenas um meio para a sua existência”. Na análise expressa pelos manuscritos está explícita a gênese de uma ontologia do ser social, em que se resgata a concepção do homem como ser genérico, partindo-se do princípio da negação para explicitar tal concepção, ou seja, da problematização de que o trabalho alienado reduz as possibilidades de realização do homem em sua vida genérica, na relação com outros homens e consigo mesmo, no processo de produção e reprodução social, “o trabalho alienado faz da vida genérica do homem um meio da sua existência física” (p. 158)

Marx explicita através do princípio contraditório do trabalho alienado a concepção materialista da história, traz um dado importante da materialidade, a de que o ser tem prioridade em relação à consciência. Para, além disso, resgata a estreita relação entre homem, trabalho e natureza. É por meio dessa relação que se efetiva uma práxis positiva do homem, a atividade em que ele transforma a natureza pelas mediações postas pelo trabalho.

Segundo Netto (1981, p. 39):

é a análise marxiana da ‘célula’ econômica capitalista que propicia duas realizações teóricas de grande alcance: a captação ontológico-histórica do trabalho como constitutivo do ser social e a tomada da dimensão econômico-social particular da sociedade burguesa.

É no contexto da sociedade burguesa que as possibilidades de realização do trabalho como práxis positiva ficam comprometidas, o que não quer dizer que o processo de alienação seja

inerente a ela, já que este vem se configurando desde muito antes. A alienação, no sentido aqui abordado, vincula-se à questão da propriedade privada, que se constitui, conforme Netto (1981) como fenômeno que se manifesta exclusivamente nas sociedades de classes, e está ligada à divisão social do trabalho e tem vários desdobramentos.

Dessa forma, é equivocado julgar que a alienação é inerente ao ser humano, que é impossível de ser liquidada, sendo convertida em parte ineliminável da estrutura do ser social³. Na análise de Ranière (2000, p. 05), a alienação, diferentemente de outras perspectivas teóricas, na tradição marxista, refere-se a “não oportunidade do homem em ter acesso aos produtos de sua atividade, ao fato desses produtos submeterem o próprio ser humano ao seu controle e à impossibilidade de (...) os homens se reconhecerem mutuamente enquanto produtores da história”. Ou seja, há, na ordem burguesa, uma naturalização desse fenômeno, uma negação da historicidade, negando, dessa forma, as possibilidades de superação.

A questão da alienação passa pela redução do valor trabalho, o fetiche da mercadoria, onde a relação social passa a ser uma relação objetiva. Trata-se de um processo manipulatório que permeia a esfera da produção, consumo, e troca, bem como, refere-se a uma indução comportamental que penetra na totalidade da existência dos agentes sociais particulares.

Ocorre, assim, a universalização dos processos alienantes e alienados, que penetra também a totalidade das relações de produção e reprodução social.

Netto (1981, p. 82) ressalta que:

A organização capitalista da grande indústria moderna modela a organização inteira da sociedade macroscópica, impinge-lhe os seus ritmos e os ciclos, introduz com a sua lógica implacável o relógio de ponto e os seus padrões em todas as micro-organizações.

³ Mészáros (2002) ao analisar a teoria hegeliana faz uma crítica ao positivismo acrítico de Hegel, pois mesmo reconhecendo a importância da análise histórica não aponta nenhuma perspectiva de ruptura e tinha no Estado absoluto a forma de conciliação possível para as contradições do capital.

O processo da alienação além de representar a exteriorização, o estranhamento, camufla as contradições inerentes ao capitalismo, ou seja, as relações contraditórias no campo da produção (controle, consumo e circulação), reduzem a extrema contradição entre capital e trabalho. Impõe o produto como a peça-chave do processo produtivo, sendo que este é só o resumo da atividade, da produção. Nega a dimensão destrutiva e degradante do capital.

Nesse sentido há um processo de homogeneização das instâncias que compõe as relações sociais, mistificando-as, repondo a factualidade, universalizando-as, nas esferas do trabalho, do lazer, da família, da educação e da cultura, configurando o que Netto (1981) denominou de teoria da positividade capitalista, em que o ser social é reduzido à mera aparência imediata.

Para Mészáros (2002, p.71) esse processo refere-se ao sistema de mediações de segunda ordem do capital e, que “os meios alienados de produção e suas personificações; o dinheiro; a produção para troca; as variedades da formação do Estado pelo capital em seu contexto global; o mercado mundial – sobrepõem-se, na própria realidade, à atividade produtiva essencial dos indivíduos sociais”.

Reafirmam mais uma vez que os processos alienantes assumiram proporções mundiais, ainda não previstas nos manuscritos econômico-filosóficos escritos pelo jovem Marx, que naquele momento vinculava muito mais a questão da alienação à dimensão política que econômica, mas já vislumbrava que estas dimensões não se separam.

Trata-se aqui da funcionalidade exercida pela alienação e suas manifestações (fetichismo e reificação) para a manutenção do sistema global do capital, ou seja,

Um meio de fechar o círculo da sociedade de mercado, da qual não se poderia fugir pois se fosse realmente verdade que a compulsão inseparável da natureza do capital (...) resultava da complexa interdependência dos indivíduos, nada se poderia fazer (Mészáros, 2002, p. 66)

Seria como mistificar e naturalizar o processo destrutivo do capital é esse campo mani-

pulatório que vem sendo difundido. Dessa forma não apenas as condições de produção e consumo na relação trabalho e capital são alienadas, mas também o processo de expansão do controle, onde o capital se constitui.

É nesse aspecto que se materializa a função totalizadora do capital, principalmente, no que se refere aos mecanismos de controle ideológico e de reprodução dos processos alienantes. Segundo Mészáros essa função se dá numa “estrutura totalizadora de controle à qual todo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar e assim provar sua ‘viabilidade produtiva’, ou perecer, caso não consiga se adaptar” (idem).

Há uma corrupção da atividade criadora, constantemente. De acordo com Konder (1981, p. 47) “se o operário se aliena em sua atividade produtora, a verdade é que o capitalista se aliena em sua atividade improdutivo”. Isso porque desconhece também suas potencialidades criadoras e cria instituições símbolos que impõem a toda a sociedade, impondo também seus interesses como universais.

Como contraponto a esse processo de apropriação privada dos bens produzidos coletivamente e de corrupção da atividade criadora, Marx aponta que outra concepção de sociedade deve ser traçada, o comunismo.

3 A concepção histórica presente na Ideologia Alemã (1845-1846)

A Ideologia Alemã, obra que permaneceu inédita até 1932, consolida a parceria de Marx e Engels. É na ideologia alemã que vai se explicitar a concepção materialista da história presente no método marxiano, bem como a questão da alienação/estranhamento humano, que, nessa obra, ocupa lugar maior, no que concerne à sua demonstração prática.

No período em que foi escrita, entre 1845 e 1846, há uma intensificação das lutas operárias e é nessa atmosfera que Marx vai reafirmar as suas convicções revolucionárias, e a demonstração delas sob o ponto de vista teórico-crítico. Nessa perspectiva, no pensamento marxiano, a história tem o potencial para provocar mudanças na medida em que a sociedade se organiza

para participar diretamente das ações históricas. A Ideologia Alemã constitui-se numa obra que marca a ruptura de Marx com o materialismo de Feuerbach e oferece as bases para o materialismo histórico-dialético.

Segundo Konder (1981, 66-67) na I.A. Marx destaca que o indivíduo não pode ser concebido fora do quadro da vida social “o processo do conhecimento só pode ser devidamente entendido (...) quando relacionado com esta contínua intervenção ativa dos homens no mundo. Não é verdade que exista de um lado o mundo e de outro a consciência (...). A tarefa de interpretar o mundo faz parte da tarefa maior de modificá-lo”.

Marx e Engels situam nesse texto uma ciência histórico-materialista em oposição à filosofia, numa perspectiva diferente em relação aos Manuscritos econômico-filosóficos. Essa concepção é mediada pela noção da práxis - expressão do ser humano humanizado e sua capacidade transformadora – ela se realiza pelo trabalho, pela ação produtora.

Outro aspecto relevante é o caráter histórico da produção do excedente do trabalho:

Ali, o estranhamento (*entfremdung*) está remetido ao caráter histórico de produção de excedente do trabalho, à apropriação deste último, à forma de propriedade e a concorrência, uma vez que a tematização da alienação e do estranhamento toma como princípio a essencialidade do trabalho sob a perspectiva genérica do ser humano já nos primórdios de regulação do produto e divisão do trabalho. (Ranière, 2000, p. 15)

Na exposição da Ideologia Alemã constrói-se uma crítica aos jovens hegelianos, no intuito de questionar o papel da filosofia e da economia política no que se refere à ordem burguesa. Esse aspecto pode ser evidenciado na afirmação abaixo:

os pressupostos de que partimos não são arbitrários, nem dogmas. São pressupostos reais de que não se pode fazer abstração a não ser na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida tanto aquelas por eles já encontradas, como já produzidas por sua própria ação. (Marx, Ideologia Alemã)

Na análise de Ranière (2000, p. 156) a I.A. preconiza como condição ontológica a necessidade da compreensão e acompanhamento do desenvolvimento histórico concreto, a partir do momento em que se articula o material, o concreto e o intelectual, tendo em vista produzir as bases para o devir humano.

Nesse sentido, há uma exposição analítica da composição das estruturas sociais, numa tentativa de extrair o significado teórico da dialética, daí o combate com os filósofos hegelianos de esquerda, e a ruptura com a leitura hegeliana da realidade, bem como uma continuidade à teoria da alienação, sob outra perspectiva.

Marx e Engels expõem, dessa forma, seu método de investigação, ao estabelecer a unidade entre matéria e pensamento, bem como suas contradições:

Totalmente ao contrario da filosofia alemã que desce do céu à terra, aqui se eleva da terra ao céu; quer dizer, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. (...) os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercambio materiais, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos do seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. (Engels, Marx, I. A., 2007, p. 94)

Por outro lado explicitam seu conteúdo ontológico no processo de leitura histórica desse complexo societário, ao mesmo tempo em que se opõem ao idealismo. A partir da crítica ao idealismo e da ruptura com o materialismo antropológico de Feuerbach, Marx e Engels constituem, a partir da Ideologia Alemã, as bases do materialismo histórico-dialético, bem como elementos importantes ao desvelamento da perspectiva totalizadora do capital e às condições necessárias ao seu enfrentamento pela dimensão da emancipação humana.

4 A função totalizadora do capital e os processos alienantes

O sistema do capital no seu processo histórico vai assumindo uma função totalizadora principalmente no que se refere ao controle das instituições e de todas as esferas da vida. Essa função vem sendo balizada desde a divisão da sociedade em classes até o controle político e ideológico do capital em sua totalidade.

Netto (1981) ao analisar as inter-relação entre as obras da juventude e da maturidade de Marx identifica estreita conexão entre uma teoria da alienação e a questão do fetichismo. Na verdade o entendimento de uma é imprescindível ao entendimento da outra, principalmente no que se refere à função totalizadora do capital e à apreensão crítica desse processo.

É no Capital que Marx vai formular a discussão sobre o fetichismo, no dizer de Netto (1981), como um dos resultados de sua investigação, a partir do estudo da mercadoria, na equação trabalho-valor e como esta se expressa na sociedade burguesa. Dessa forma,

No contexto em que se enunciam as proposições sobre o fetichismo articula-se simultaneamente, a reprodução teórica do movimento histórico da categoria trabalho e a reprodução teórica do movimento histórico da categoria valor, na reprodução sintético-totalizadora do movimento concreto em que ambas confluem (...) na emergência e na consolidação do modo de produção capitalista. (Netto, 1981, p. 39)

O problema do fetichismo, expressão mais complexa dos processos de alienação, está posto nesta confluência entre trabalho-valor que vai redundar na materialização da mercadoria, ou seja, na contradição própria do sistema capitalista contemporâneo, onde ao mesmo tempo em que se explicita o caráter social do trabalho este é escamoteado por um caráter a-social. É a fantasmagoria consolidada pela equação entre relações sociais no processo de produção - relações entre coisas, apreendida na sua factualidade/naturalização.

Destaca-se a própria célula da economia capitalista, ou seja, a mercadoria e seus desdobramentos, na sua manifestação pelo dinheiro e

o que ele representa no conjunto das relações sociais de produção. Há uma redução, ao serem coisificadas as relações, pois, “subsumem-se” as mediações sociais inerentes às relações sociais, é nisso que consiste o fetichismo.

Essa perspectiva de análise é importante na medida em que “o que distingue a impostação marxiana no enfoque da alienação, em 1844, da tematização ulterior do fetichismo é a concretização histórico-social a que Marx submete o objeto da sua investigação”. (Netto, 1981, p. 61)

O fetichismo é parte constitutiva da função totalizadora do capital, pois ele se afirma e se desenvolve cristalizando-se em coisas, escamoteando as relações sociais a partir de coisas, mercadorias, no contexto próprio de consolidação extrema do capitalismo, potencializando-se na financeirização do capital, sua dimensão atual. Segundo Netto:

o que especifica historicamente a sociedade burguesa constituída é que ela, sem cortar com as formas alienadas que vem das sociedades que a precederam (...) instaura processos alienantes particulares, aqueles postos pelo fetichismo, e que redundam em formas alienadas específicas, reificadas. (1981, p. 76)

Assim, a dimensão totalizadora do capital que vem se plasmando historicamente nas suas condições de reprodução, revela que os processos alienantes expressos na reificação e no fetichismo “penetram na totalidade das relações de produção social e nas relações que viabilizam a sua reprodução”. Universaliza-se a factualidade resultante da mistificação realizada pela mercadoria nas relações sociais.

Em nome dessa função totalizadora o Estado moderno foi constituído para complementar o que Mézáros (2002) chamou de metabolismo socioeconômico do capital. Foi nesse processo que se fragmentaram/separaram as esfera da produção e do controle, essa dimensão no capitalismo é mais exacerbada, consolida-se em proporções maiores já que “o sistema do capital é orientado para a expansão e movido pela acumulação”, só que para além desses elementos há que se destacar a incontrollabilidade desse processo global de expansão, é mediante este

que o capital constrói formas variadas de controle no campo da produção, da ideologia, da cultura, da educação e assim por diante.

Os processos alienantes também passam por uma expansão em níveis mundiais, pois, é preciso assegurar a manutenção desse sistema, função esta exercida também pelo Estado capitalista que, para Mészáros (2002) constituiu-se na estrutura totalizadora do comando político do capital.

Indaga-se então nessa análise: mesmo diante das contradições e da incontabilidade do capital (seu caráter destrutivo), como o sistema do capital reconstrói suas bases de sustentação, ou seja, quais as estratégias atuais para sua reprodução ideológica, econômica e social? Há que se considerar que o sistema ainda não esgotou sua capacidade de exploração e, conseqüentemente, da manipulação construída pelos processos alienantes que têm sua expressão máxima na reificação das relações sociais de produção.

Evidencia-se ainda que já se alcança a última instância do processo de acumulação pela maximização da produção e ampliação do trabalho morto. Esse processo gera também conseqüências em termos econômicos e político-ideológicos, pois, há exploração do trabalhador de forma ampliada tanto na esfera da produção, como na esfera do consumo.

Dentre os problemas gerados pela incontabilidade do sistema do capital ressaltam-se questões no campo da separação e antagonismo entre produção e controle; ruptura entre produção e consumo e a ausência de unidade entre produção e circulação, em que para dar “certa” unidade é fundamental o poder exercido pelo Estado moderno.

De acordo com Mészáros (2002 p. 107): “O Estado moderno constitui a única estrutura corretiva compatível com os parâmetros estruturais do capital como modo de controle sócio-metabólico. Sua função é retificar”. É no processo de expansão global do capital, da sua capacidade de dominação que se instaura o papel do Estado.

Mudanças no mundo do trabalho foram brutalmente consolidadas, como destaca Antunes (2005): redução do proletariado fabril

estável; incremento do novo proletariado e do subproletariado; incremento dos assalariados médios e de serviços; exclusão dos jovens e dos idosos do mercado de trabalho; inclusão precoce e criminosa de crianças no mercado de trabalho feminino de forma precarizada.

Segundo Antunes (2005, p. 31):

Assim como o capital é um sistema global, o mundo do trabalho e seus desafios são também cada vez mais transnacionais (...) a estratificação e a fragmentação do trabalho também se acentuam em função do processo crescente de internacionalização do capital.

Para garantir esse processo mudanças foram introduzidas no controle da burguesia sobre as crises cíclicas do capitalismo, a maioria delas assumiu um caráter reformista, a exemplo da implantação do keynesianismo (que tinha em vista conter as crises por meio de ações governamentais). Destaca-se a funcionalidade dessas mudanças quando da alteração do padrão produtivo fordista-keynesiano para o toyotista, com o objetivo de maximizar a exploração da força de trabalho, bem como flexibilizar o processo de acumulação.

Assim, todas as relações são permeadas pela determinação das condições de funcionamento do mercado capitalista (concepção produtiva de educação), ou seja, há uma busca incessante pela produtividade em todos os campos, tendo em vista aperfeiçoar o gerenciamento das crises, o princípio da empregabilidade reproduz a desvalorização do direito ao trabalho, há uma revalorização da lógica competitiva (que também perpassa o papel da educação), o ser social passa a ser visto como um indivíduo consumidor. Desse modo, há uma mercadorização dos direitos.

Da mesma forma as inovações tecnológicas são consolidadas para servir aos interesses do capital, como estratégia para a ampliação do Estado burguês (controle da informação) e para sofisticar a política armamentista, bem como o estímulo à subordinação do homem em relação à máquina.

Há uma recusa em desvelar a realidade social, em que regimes sociais transformam de-

semprego em lazer e produtividade em meios de fazer viver. Desvelar os perigos e responsabilidades das mudanças empreendidas pelo capital. E, nesse contexto, também há uma retirada do conflito, na análise de Oliveira (2007, p. 45) “a metamorfose do capital produtivo em capital financeiro retira o conflito da agenda entre os atores, sobretudo entre os trabalhadores (...) [que] não conseguem enfrentar-se com o capital financeiro, pois não tem relação direta com ele a não ser sob a forma nacional ou como consumidores”. Dessa forma como pensar caminhos que abalem a estrutura totalizante do capital?

5 Por outra concepção de sociabilidade humana: possibilidades

Os apontamentos acima evidenciados demonstram, cada vez mais, a necessidade de retomar a questão da alienação e sua funcionalidade ao processo de expansão e reprodução do sistema do capital. Destaca-se que a sociabilidade burguesa produz estranhamento e alienação, nela se comprometem todas as possibilidades de construção de uma nova sociabilidade humana, que fica comprometida devido à alienação do trabalho, que se expressa pela dissociação entre trabalhador e os meios de produção.

Dessa forma, se o trabalho se torna alienado, a vida se torna alienada, a sociedade burguesa ao invés de formar, deforma, desumaniza por meio do trabalho alienado, descaracterizando o ser humano.

Há que se construir uma organização societal para além do capital a partir do processo mesmo de apreensão desse sistema por dentro dele, com suas contradições e limitações/fragilidades, desvendar os limites da ação política e o processo organizativo da classe trabalhadora. Marx, ao construir sua teoria social crítica, o fez tendo em vista reafirmar a tese de que é preciso ‘superar’ esta ordem societal burguesa. Daí a importância de retomar suas proposições, bem como de fazer a leitura atualizada dessa ordem societal permanecendo na matriz marxiana e de seus contemporâneos como Mézários por exemplo.

Antunes destaca que a classe trabalhadora

ainda não deu conta de se organizar em âmbito mundial/global, assim como a classe burguesa no processo de manutenção do capital, é preciso que essa organização aconteça. Na análise marxiana a ação política é restrita e restritiva, não consegue abarcar todos os elementos essenciais para a construção da nova ordem societal, principalmente quando permanece centrada somente na questão da esfera do poder em espaços societais delimitados, ou em momentos conjunturais específicos. Para a construção da nova ordem societal é necessária uma revolução social e não apenas política.

A organização da ação política da classe trabalhadora tem se mostrado insuficiente para a construção dessa nova ordem societal, ou seja, nos processos revolucionários e nas tentativas de organizações já apontadas historicamente havia/há uma cisão entre o político e o social. É preciso expandir a atuação do movimento socialista e da classe trabalhadora para além da dimensão parlamentar, que restringe seu campo de lutas à conquista do poder pelo Estado.

Evidencia-se ainda a necessidade de se desvelar o processo político e ideológico do caráter reformista do Estado capitalista, do viés conciliatório em que se promete conciliar o inconciliável (capital e trabalho). Apreende-se que a ordem burguesa e sua consolidação envolvem todos os níveis da sociedade contemporânea e direcionam as relações de poder nela constituídas, desde o advento da indústria (final do século XVIII) construindo estratégias diversificadas para o seu fortalecimento.

A vinculação entre a ordem burguesa e progresso ocasionou um impulso à modernização nos processos de produção e, conseqüentemente, o acirramento das contradições dela advindas, como o aumento da pobreza, o uso indiscriminado dos recursos naturais, redimensionando as relações do homem com a natureza.

Dessa forma necessário se faz consolidar uma nova cultura econômico-política, ou seja, uma nova ordem societal que resgate a concepção de homem como ser genérico, social, do trabalho como práxis produtiva, como autoatividade humana. Necessário se faz consolidar as bases de organização da classe trabalhadora para garantir que ela detenha o controle do

processo de produção, distribuição e consumo, para superar a dissociação existente entre estas instâncias. Há que se ampliar a participação política para, assim, construir perspectivas de superação da alienação.

É preciso instituir formas de resistência e rebeldia, formas de luta e enfrentamento em escala mundial, a educação constitui-se numa dessas vias, é fundamental restabelecer os vínculos entre educação e trabalho para que se consolidem alternativas de emancipação. É no rastro da tradição marxiana que Mészáros (2005, p. 60) aponta a necessidade de superação da sociedade do capital “é possível superar a alienação com uma reestruturação radical das nossas condições de existência há muito estabelecidas e, por conseguinte, de toda a nossa maneira de ser”.

A saída apresentada se dá pela organização dos produtores livremente associados, ou seja, pela livre associação de trabalhadores para consolidar uma nova forma de organização societal conforme sinaliza Mészáros. É preciso ainda fortalecer para tal empreendimento, “a relação da educação, trabalho e política para que não fiquemos enclausurados em um mundo de alienação do trabalho e da educação para submissão”. (Mascarenhas, 2005, p. 165).

Referências

ANTUNES, Ricardo. **O Caracol e sua concha**. Ensaio sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

FREDERICO, Celso. **O jovem Marx. 1843-44**: As origens da ontologia do ser social. São Paulo: Cortez, 1995.

KONDER, Leandro. **Marx**. Vida e obra. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

MARX, Karl. Trabalho alienado e superação positiva da auto-alienação humana (manuscritos econômico-filosóficos de 1844). In: Fernandes, Florestan. (org). **Marx/Engels**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

_____. **Manuscritos econômico- filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

_____. **ideologia alemã**. Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach,

B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. 1845-1846. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MASCARENHAS, Ângela Cristina B. **Educação e trabalho na sociedade capitalista**. Reprodução e contraposição. Goiânia-Go: Editora da UCG, 2005.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. Trad. Paulo César Castanheira/Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

_____. **A teoria da alienação em Marx**. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

_____. **A educação para além do capital**. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

Netto, José Paulo. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: Editora Ciências Humanas Ltda., 1981.

OLIVEIRA, Francisco de. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: OLIVEIRA, Francisco de. RIZEK, Cibele Saliba. (orgs) **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007. (Estado de Sítio)

RANIÉRE, Jesus Jose. **Alienação e estranhamento em Marx**: dos manuscritos econômico- filosóficos de 1844 à ideologia alemã. Campinas-SP: Unicamp, tese de doutorado, 2000. (mimeo)